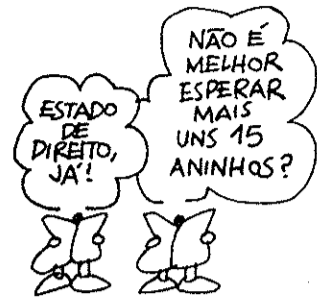


Nem agitador nem santo,
nem subversivo nem herói nem comunista.

Apenas um homem.

Um homem que decidiu colocar sua vida a serviço do próximo e escolheu, para isso, a missão de padre. Seu destino o levou a um cantão do mundo, inóspito, perigoso, injusto, que ele conhece hoje com a lucidez da sua bondade e do seu senso de justiça e cujos problemas ele procura resolver — lá — na medida das suas possibilidades; e mostrar ao País onde vive, na medida da sua coragem.



ENTREVISTA COM

DOM PEDRO CASALDÁLIGA

Essa entrevista com D. Pedro Casaldáliga foi feita por dois repórteres de São Paulo, dois irmãos, José Cláudio Bravos e Paulo César Bravos. Tudo começou, mais ou menos, por acaso, em Brasília, onde Zé Cláudio, que também é advogado criminalista, pesquisava toda a documentação relativa à escravidão branca, numa determinada área de Mato Grosso. Como não encontrou em Brasília dados suficientes para um bom levantamento do assunto, Zé Cláudio resolveu se mandar para Mato Grosso, pra ver tudo de perto. Entrou em contato com seu irmão, Paulo César, que é fotógrafo, para partirem juntos para a região do Alto Araguaia. O encontro ficou marcado para Goiânia, de onde rumariam para Barra do Garças, na divisa de Mato Grosso com Goiás.

Barra do Garças é a maior comarca do País em extensão geográfica — um município maior do que muitos dos países da Europa — uma cidadezinha à beira do rio, que nos últimos anos tem tido um crescimento tão desordenado quanto as questões de terras, responsáveis por inúmeros conflitos na região.

Durante dois dias da primeira semana de julho, eles percorreram a prefeitura, a delegacia de polícia e o Fórum; entrevistaram-se com advogados da cidade, conversaram com pessoas de todo tipo, em busca de maiores informações.

Levantaram um extenso material sobre a questão da posse de terras e, inclusive, viram e examinaram o processo do Padre Rodolfo, assassinado no dia 15 de julho de 1976, num conflito com os posseiros.

De posse de um bom material para o trabalho de Zé Cláudio, partiram num avião alugado para São Félix do Araguaia, onde começa a segunda parte da aventura; o levantamento direto da questão, uma espécie de pesquisa de campo. Em precários campos de pouso, foram parando de fazenda em fazenda, entrevistaram peões, jagunços e empreiteiros, que estranhavam os visitantes e desconfiavam muito das perguntas. Pernoitaram em São Félix, que fica na ponta da Ilha do Bananal e, no dia seguinte, se dirigiram à prelazia, onde foram recebidos por um padre e algumas religiosas. Mas D. Pedro Casaldáliga, que eles queriam ver, não estava lá. "Ele deve estar aqui pertinho." E indicaram que Dom Casaldáliga talvez pudesse ser encontrado em Ribeirão Bonito, perto dali: uma hora e meia de voo — uma distância como do Rio a Belo Horizonte — na mesma prelazia, que podia ser alcançado também por terra, em três dias de viagem por carro, numa estrada indescritível. O campo de pouso de Ribeirão Bonito fica distante, mais ou menos uns doze quilômetros do povoado. Zé Cláudio, Paulo César e o piloto Gilberto sobrevoaram primeiro o arraial e depois aterrissaram no açanhado campinho. E lá ficaram esperando. Normalmente se sobrevoa a localidade primeiro pra os moradores se dirigirem até o campo de pouso, com seus jeeps ou pick-ups pra buscar os passageiros. Mas, ninguém apareceu. Às duas horas da tarde, porém, eles chegaram à Ribeirão Bonito, depois de caminharem doze quilômetros por picadas e atalhos. Haviam saído antes de sete horas da manhã de São Félix, abasteceram o aviãozinho na localidade de Santa Isabel, fizeram uma pequena escala em Luciara e depois rumaram para Ribeirão Bonito. A primeira coisa que encontraram no povoado foi um barzinho, onde o cansaço e o calor pediam uma cervejinha, que foi servida a vinte cruzeiros e onde não havia nada pra se comer. Na conversa com os presentes, descobriram que ninguém tinha ido

buscá-los no campo, por acreditarem se tratar de policiais e, "nestes assuntos" ninguém quer se envolver: o medo é uma constante na região.

No mesmo bar, eles souberam: "Bispo? Bom, tem aí o Pedro. Ele está lá na casa dos padres. Ele chegou aí para a assembléia do Povo. Olha, se ele não estiver lá na casa dos padres, deve estar na obra da igreja." A "casa dos padres" é igual a todas as casas da região, com o mesmo telhado de palha. Lá, eles foram recebidos por uma irmã que os encaminhou a D. Pedro Casaldáliga — calça surrada, sandália de dedo, óculos de grossas lentes, o rosto magro e a barba por fazer — a quem se apresentaram: "Somos jornalistas de São Paulo."

O bispo os olhou com demorada atenção, sorriu e mostrando os lugares pra que se assentassem, falou: "Mas são mesmo?"

Algumas pessoas estavam reunidas na entrada da casa, esperando o atendimento de Dom Pedro que é, muitas vezes, médico, enfermeiro, chefe de obra e conselheiro. Sentados na cozinha, os repórteres sacaram do gravador e informaram: "Queremos fazer uma entrevista com o senhor" — (Dulce Tupy)



O pessoal que andou voando pela região do Araguaia, em busca de maiores informações sobre a escravidão branca em Mato Grosso e que acabou encontrando D. Casaldáliga: Avonor, um agrimensor de Mato Grosso, José Cláudio, advogado e repórter, Matheus Ricci, um conhecido da região, Paulo César, o fotógrafo e Gilberto, o piloto do Cessna.

Tempo de fábulas

Segunda-feira, 1/8. Vai boa a safra de apólogos, fábulas, alegorias. Melhor, sem dúvida, do que a do feijão.

O General Dilermando, muito citado ultimamente como provável tertius ("Isto É" o descreve, ainda adolescente, a aproveitar as folgas no Liceu Cuibano para "pegar lambaris nas curvas do Capixó"), conta aquela do canarinho que, com a floresta ardendo, tenta apagar as chamas com suas asas. Chega um cético (tem sempre um à mão) e lhe pergunta se pretende apagar o incêndio sózinho. Responde a ave diligente: "Eu estou fazendo a minha parte".

O cineasta Nelson Pereira dos Santos, agora puxado a orixás e fardas, conta aquela do filho que briga com o pai e se queixa: "Não pedi para nascer. Não pedi para vir ao mundo." O pai leva um choque; refeito, explica: "Sabe de uma coisa, meu filho? Eu também só queria ter um momento de prazer."

O General Dilermando, filho de um dono de armazém com quem aprendeu, segundo "Isto É", as suas "primeiras e definitivas lições de democracia", entretinha-se, quando jovem, a animar as festas da vizinhança, como maestro, pianista e sanfoneiro. Coerente com esta informação, só tem um objetivo: fazer a sua parte, como o canarinho. E que parte é essa, em meio ao cheiro a queimado que algumas narinas mais sensíveis estão olfatando? Criar "um ambiente de prazer e de satisfação a par do progresso do país." Transmitir "um sentimento de paz, alegria e amor." Isto no âmbito da área sob sua jurisdição militar, pois, se quisesse pensar em outras coisas (por exemplo, a sucessão presidencial) sua cabeça "ficaria cansada".

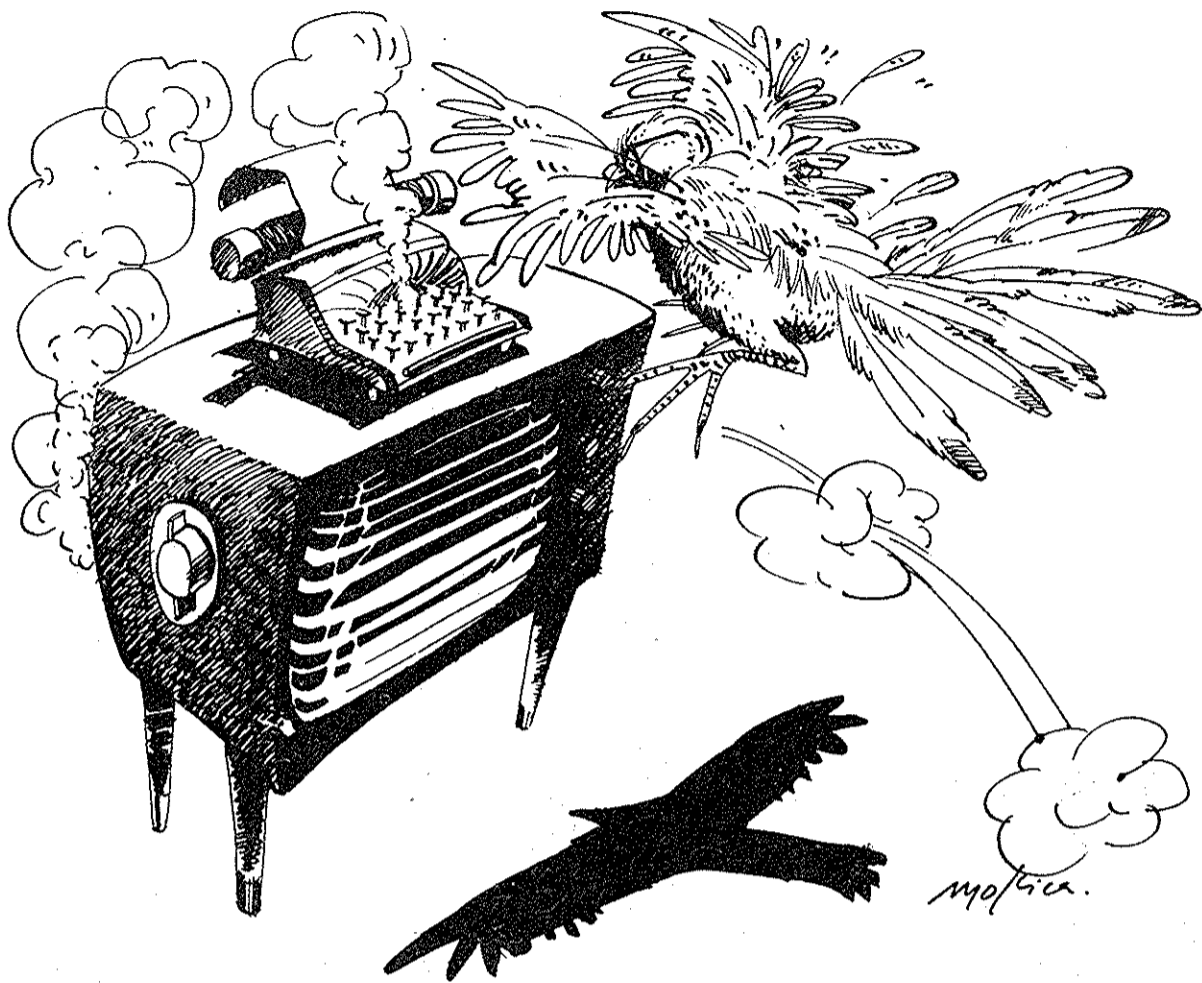
O problema de Nelson é outro. Trata-se da herança deixada pela geração do Cinema Novo, de que foi o pai espiritual. Admite que a novíssima vaga tem razão, quando acha que tal herança não foi lá essas coisas. Mas justifica-se alegando que ele e seus epígonos queriam apenas fazer filmes, terem o seu momento de prazer. E se alguém está buscando responsáveis por "essa sociedade", que procure outros fantasmas: "Se deixamos alguma coisa, se não deixamos nada, não foi intencional."

Talvez a leitura dos apólogos referidos possa ser feita de outro modo. 1) - Canarinho individualista faz lembrar o Paulo César: dribla para cá, dribla para lá, e acaba órfão na entrada da grande área. Uma equipe tem onze, um país como o Brasil já passou dos cem milhões. Talvez o ideal fosse juntar o maior número, analfabetos incluídos, para apagar o incêndio. 2) Quanto ao pai que só pensava na sua ração de prazer, Nelson não contou (talvez não saiba) o resto da fábula, a mãe entrando de sopetão e, solidária com o filho e de dede em riste, espinafrando o marido: "Por isso é que eu fiquei sempre a ver navios".

Terça-feira, 2/8. Reparece, agora no Cacilda Becker, "A farsa do Rei", pelo grupo Papanatas. Outra alegoria, esta sobre um tirano que um dia convida a oposição (o bobo) a dizer o que pensa. E, não gostando do que ouviu, manda o guardião liquidar o palhaço. Tiro e queda.

Quarta-feira, 3/8. Stepan Nercessian, um dos apresentadores da sessão de encerramento do X Festival do Cinema Brasileiro, em Brasília, compareceu de ismôquim e calça de brim coringa. Como é que pode?, pergunta, scandalizado, o JB. E, não bastasse, vejam como vai o mundo concertado, Nercessian, ao se dirigir para o palco, fez uma banana para o público. Vaiado alegremente pelos circunstâncias, barafustou: "Vão vaiar a mãe."

Me lembro que, num festival de Cannes, Jean-Luc Godard subiu pelo pano



de boca, aos urros contra o caráter fascista que o certame vinha assumindo. E nem por isso, que eu saiba, os foros da França, como país civilizado, foram para o brejo.

Se bem presumo, Nercessian quis retratar, causticamente, a dualidade de nosso cinema: por cima, o luxo cosmopolita das produções subsidiadas; por baixo, o brim da pornochanchada.

Em tempo de apólogo, o visual é da maior contundência.

Quinta-feira, 4/8. "Nina nunca chegou, nem vai chegar, a clamorosos índices i-bopeanos. A novela é dirigida por Fábio Sabag: num tom que, além de tolhido por vagares e preciosismos, não se define entre a caricatura de costumes e a linguagem esópica (através de episódios do passado, identificaríamos problemas atuais). O menos culpado é, sem dúvida, o autor, Walter George Durst. Não lhe cabe a elaboração final do produto, nem a nefelibata, no sentido de alambicada, direção de atores. Houve também, como sempre, problemas com a censura.

Surpreendo-me, porém, com declarações do brilhante Durst, atribuindo a suposta "forma camerística" de "Nina" ao fato de ele, autor, não ter "posição de luta diante da vida, apenas de profundo espanto".

Disfarce? Baianidade? A mim me parece que, pelo menos até o capítulo 16, Nina era uma personagem em situação de revolta contra as causas da alienação, ou seja, contra os que se apresentam como defensores de um status quo que garante a estabilidade da alienação. E quem tenta erguer uma personagem desta forma tem uma racional "posição de luta". Ou não?

Sexta-feira, 5/8. O Painel Global rompe a madrugada encerrando o papo sobre

educação sexual. Enquanto os espermatozoides volitavam, graciosos e turbulentos, em desenho animado, o povo, nas ruas, não sabia o que fazer do próprio embaraço com as perguntas sobre sexo. O locutor Berto Filho confirma que, "daqui a pouco", haverá um compacto sobre o jogo do Atlético de Madrid com o Palmeiras, no Pacaembu. Resolvo esperar. Aí, a Primeira Imortal nos exhibe o seu rosto de vovó cearense: 40 anos de vida literária, 40 anos a transformar as letras em pão. Extraordinária e ribombante acontecência: Adão e Eva já podem tomar chá juntos, na Academia. Cochilo ligeiramente, tomo um café, acendo um cigarro. De repente, o Painel acaba. Sem mais aquelas. E o jogo no Pacaembu? Ninguém sabe, ninguém viu.

De manhã, me acordam com o JB. Ganhei a aposta: primeira página, no alto, a Primeira Imortal. Na seção de esportes, uma legenda denunciava: "Também no Atlético de Madrid, Luis Pereira avança para tentar gols." Em Espanha, pode; aqui, é crime contra a segurança.

Ruth Escobar, atriz e homem de teatro, como ela se define, recupera o passaporte, apreendido há cinco dias. Já pode sair, viajar, ir ao vento sem perder o assento. Estava sob ameaça de graves imputações: uma vez, ficou solidária com Plínio Marcos; de outra, permitiu a leitura de um manifesto estudantil em seu teatro, onde, no momento, se representa um apólogo de Arrabal sobre a degenerescência de uma ditadura.

Na Bahia, Gal Costa, partidária do jogo pelo centro, com o ponta esquerda diluído entre os meias armadores, protesta contra os críticos: "Músicos devem fazer música, deixando a política para os políticos."

Cada um com sua parte. Cada qual com seu prazer. "E aqui temos nós o tempo represado numa espécie de albufeira política, onde a indignação, estagnada, apodrece" (Miguel Torga Diário, 1956).

Sábado, 6/8. Me visita Eric Nielsen, o jovem diretor de "A Farsa do Rei". Está mergulhado em dúvidas: a peça é muito esquemática, muito fechada em si mesma. O grupo pretendia encenar "A Urna", de Walter George Durst. Mas acensura vetou. Então, após muita pesquisa (queriam fazer um Brecht, eia muito caro, a começar pelos direitos autorais), decidiu-se o grupo por uma criação coletiva, tendo como tema o poder absoluto. A moçada que viu o espetáculo na Casa do Estudante Universitário sacou bem as intenções, entrou em debates acalorados, questionou forma e conteúdo. Mas, no Cacilda Becker, num espaço maior, ficou aquela impressão geral de que a peça é redundante, nada somando às informações já absorvidas e cristalizadas.

O que fazer? Nielsen, um diretor recém-formado na Fefierj, onde, atualmente, é professor, promete voltar, para um papo mais exaustivo. Está tão perplexo como todo mundo. A busca da eficácia é como a subida de uma escarpa íngreme a meio da qual, habitualmente, se quebra a cara.

Domingo 7/8. Falar em apólogos, nada como o da rã otimista, de Ambrose Bierce. Seguinte: encerradas no ventre de uma serpente, examinavam duas rãs a sua situação.

"Não vejo nenhuma luz no fim do túnel", disse uma delas.

"Não tire conclusões apressadas", redargüiu a outra. "De qualquer modo, estamos ao abrigo da chuva e temos alimentos".

"Chuva, tá bem", replicou a primeira rã. "Agora, alimentos..."

"És, na verdade, muito agourenta", rebateu a outra. "Os alimentos somos nós, claro".

ARMINDO BLANCO

D. PEDRO CASALDÁLIGA - Vocês vieram fazer uma reportagem sobre...

Zé Cláudio - ... sobre esses conflitos que estão havendo por aqui, principalmente com a CODEARA (Companhia de Desenvolvimento do Alto Araguaia). (Passa às mãos do repórter um relatório que enviou à CPI, em Brasília, com o relato dos conflitos na região).

D. PEDRO - Tudo isso da CODEARA está contado aí, neste relatório. Não vale quase nem a pena gravar (percebendo o gravador ligado). Aí está bem resumido. Os outros conflitos vários da área também estão aí. Outros jornalistas presentes lá em Brasília também levaram cópias.

Paulo César - Sim, isso aqui já foi noticiado.

Zé Cláudio - É só pra documentação. Subsidiariamente nós vamos empregar isso daqui. Pontenópolis, Santo Antônio, Porto Alegre... (Continua lendo a lista com o nome das fazendas envolvidas no conflito).

D. PEDRO - Porto Alegre é do Grupo Medeiros, e depois tem essa empresa japonesa de motores, a Yamaha.

Zé Cláudio - E o conflito CODEARA/Fazenda Santa Lúcia?

D. PEDRO - CODEARA/Santa Lúcia está aí no relatório, mas muito resumido: Um conflito de fazenda com fazenda. A gente fez questão de explicar que os tipos de conflitos se diversificam. Sempre é por problemas de terra, né, e sempre o problema do latifúndio. Só que se diversificam do seguinte modo: inicialmente foi o conflito das tais frentes pioneiras com o índio. Anteriormente, foi o conflito dos próprios retirantes com os índios, também. Eles chegavam nas áreas dos índios e, então se dava o conflito. Depois, o conflito do latifúndio, as tais frentes pioneiras, com o posseiro, né, o pequeno lavrador que está aí e não tem mais título, só o título de posse. E o conflito das fazendas com os peões, os trabalhadores braçais, por causa da falta dos cumprimento das leis trabalhistas, daquela situação de emergência, aquela bagunça total, né. Porque aqui se trabalha e se vive em regime de peonagem. Esses peões são uma espécie de precursores dos bóias-frias. Só que em vez de serem bóias-frias de um dia só, são bóias-frias de três meses. O tempo que dura a empreitada. E depois, outro conflito que já está começando a se dar é o de fazenda com fazenda. Porque as medições das terras não foram muito certas, houve sobreposição de uma área de terra sobre outra. Foi falha, em parte, do departamento do Estado, na hora de dar as terras. Foi falha também dos próprios cartórios, vocês sabem. Por exemplo, o cartório do Valdo Varjão (dono do cartório de Barra do Garças e ex-prefeito)...

Zé Cláudio - Eu tenho o material dele aqui. Ele vendeu até a área da escola de São Félix.

Paulo César - Vendeu a área do cemitério, também.

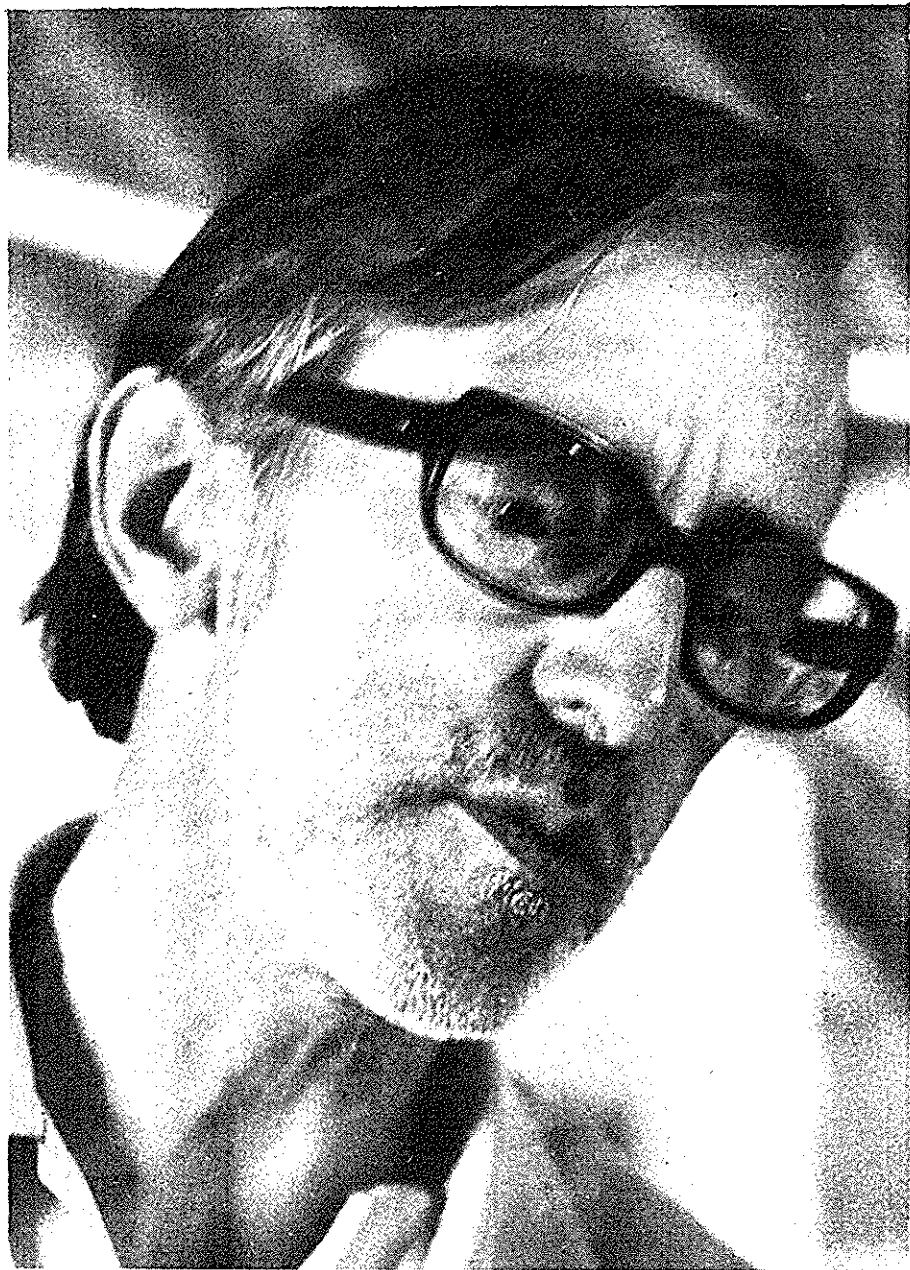
D. PEDRO - O cemitério foi em Barra do Garças, né. Por exemplo, o problema que está tendo em Santo Antônio é porque foi vendido o patrimônio, o povoado. Em Santa Terezinha, foi vendido o povoado todo, compreende?!

Paulo César - São Félix, também?

D. PEDRO - E São Félix tem grande parte vendida. Uma grande parte não está sequer delimitada, embora no lugar existam áreas estritamente urbanas inclusive o cemitério este que está em frente à Rodoviária.

Paulo César - O cemitério de São Félix, também?

D. PEDRO - Bem, o cemitério de São Félix é bem possível que esteja também vendido, né. Está naquela área extrema de lá, perto do morro; o cemitério de S. Félix está de costa. Porque de fato não tem nada, praticamente, definido ainda, está tudo naquela base...



Zé Cláudio (para Paulo César) - Eles venderam a preço de nada; a preço de banana ou a preço nenhum? Isso você não viu nos documentos, viu?

Paulo César - Vi... (concordando com a cabeça e imediatamente sendo interrompido pelo bispo).

D. PEDRO - E além disso entra o problema do departamento na hora de vender as terras. Vender ou simplesmente elas serem requeridas! Porque muitas terras foram simplesmente requeridas; o camarada põe o selo no pedido e acabou a história, né. E, outras sujeiras que se fizeram naquela época

Pedro Casaldáliga nasceu na Catalunha, Espanha, em 16 de Fevereiro de 1928 e foi ordenado padre pela Congregação dos Missionários Filhos do Imaculado Coração de Maria, ordem fundada por Santo Antônio Maria Claret, no século passado, em Vich, província de Barcelona. A ordem se caracteriza por um intenso trabalho missionário e foi marcada acentuadamente pela atuação de seu fundador que, durante sua vida, fez mais de vinte e cinco mil sermões, distribuiu milhões de livros gratuitamente e fundou inúmeras bibliotecas.

A missão de D. Casaldáliga o mandou para a América do Sul - onde tem sido sempre maior a atuação dos claretianos - especificamente para o Brasil, onde ele foi nomeado Administrador Apostólico de São Félix do Araguaia, em 13 de maio de 1970. Em 1971 foi eleito Bispo da Prelazia, sendo sagrado a 23 de outubro deste mesmo ano.

Destinado para uma região conturbada por agudos problemas sociais, onde a parte mais pobre da população - ou toda a população - viveu sempre marginalizada, sem a proteção da lei e do direito, por todas as dificuldades locais (grandes distâncias, seculares questões de terras, precárias condições de sobrevivência, ocupação desordenada), mais do que pastor de almas ele teve que se tornar, forçosamente, advogado dos interesses dessa gente.

E isso tem trazido para o bispo espanhol - que se confessa hoje mais brasileiro do que muita gente que nasceu aqui - uma enorme quantidade de problemas.

Como bom claretiano, D. Pedro tem um lado intelectual acentuado e já publicou um polêmico livro de poemas - "Terra Nuestra, Libertad" - que aumentou mais ainda os problemas que ele enfrenta e o número de seus inimigos e detratores.

Ele depôs recentemente numa Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as questões de terras em Mato Grosso, onde fez sérias denúncias sobre o que vem ocorrendo naquela região.

Em março foi entrevistado pelo Estado de São Paulo e o repórter Oscar Ramos Gaspar ouviu um lavrador que, sobre ele, lhe disse: "D. Pedro só ajuda o povo. Nós aqui não sabemos o que é subversivo ou comunista. Se comunista for uma pessoa comum, que ajuda os pobres e que é simples como a gente, então nosso bispo é comunista."

Procurando, depois, definir-se ideologicamente para o repórter, o bispo lhe falou: "Se me perguntarem se sou comunista, vou dizer que não sou. A não ser no sentido maravilhoso em que esse lavrador o definiu; representando o sentir do povo."

Vocês sabem que inclusive o próprio governador do Estado tem dito que se se quisesse cumprir com o que o Estado estaria devendo, quer dizer, os títulos de terras se o Estado quisesse respeitar isso, seria necessário invadirmos dois ou três estados vizinhos. Invadir áreas do Pará, áreas de Goiás, áreas do Amazonas, ou sei lá...

Gilberto (o piloto) - Eles vendem terras, como quem vende apartamento: é o primeiro, o segundo, o terceiro andar de um edifício...

D. PEDRO - Sim, é a famosa piada que dizia que em vários andares...

Gilberto - ... Quando a Continental era pra ser dona daqui, ela comprou o primeiro, o segundo e o terceiro título. Comprou tudo...

Paulo César - ... pra não ter briga...

D. PEDRO - ... pra garantir, né!? É como aquele negócio, você sabe, aquele jogo de dominó. A criancada põe uma pedra atrás da outra, seguidinhas. E quando você empurra uma, caem todas. Aí, uma fazenda está mal demarcada, né; automaticamente ela empurra todas as outras. Na área extrema de Mato Grosso, já quase limitando com o Pará, ainda está se passando bastante confusão entre várias fazendas. Por causa disso. E o problema da CODEARA com a Santa Lúcia é esse. Aqui a gente conta (apontando pro relatório da CPI) que eles chegaram até o ponto de levarem para lá pistoleiros, armas, espingardas...! Vocês sabem também a bagunça que deu a fazenda do Sílvio Santos, a Tamakavi...

Gilberto - Está sendo feita a demarcação judicial...

D. PEDRO - Pois é. E a bagunça com a Brasil Novo, também. O juiz de Barra do Garças se vendeu. A verdade é essa, até o ponto de que se descobriu isso de um modo tão explícito que o juiz foi mandado embora, né. E, à última hora, parece que venceu mesmo a Brasil Novo, mas o Sílvio Santos apelou. Não sei o que vai dar. Os problemas são esses.

Zé Cláudio - Esse problema da CODEARA, nós fomos lá no local, por isso nós ficamos impressionados...

D. PEDRO - Vocês foram na Santa Terezinha mesmo?

Paulo César - Não, nós fomos na área da CODEARA mesmo, lá no Rondonador, na fazenda Santa Lúcia.

Gilberto - Nós pousamos na Santa Lúcia. Sobrevoamos parte da Amazônia...

Zé Cláudio - Mas, nos deram depoimento, lá, dois peões que conseguiram fugir dos jagunços, e que estavam sob vigia. Porque lá é mais ou menos assim: um jagunço pra cada peão, brigando até hoje! É um com machado e outro com arma. Isso aí já foi denunciado pro senhor?

D. PEDRO - Não, não. Assim tão explicitamente não. Porque os únicos que denunciaram isso fomos praticamente nós mesmos, e algum peão que conseguiu sair. Mas eu não tenho visto assim a coisa com tantos detalhes.

Zé Cláudio - Nós temos aqui gravado.

D. PEDRO - Acho muito importante isso. E sobretudo acho importante que se digam as causas, as motivações disso tudo.

Paulo César - É o que nós estamos fazendo.

D. PEDRO - Essa bagunça geral prejudica tudo. Isso é o que a gente tenta dizer um pouco aqui na CPI. Inclusive, com isso, o que em sonho seria uma frente pioneira, uma frente de desenvolvimento, vira uma frente de anarquia! Se gasta o dinheiro à toa, o dinheiro dos incentivos fiscais. O próprio dinheiro particular que as empresas colocam, que não é muito. Vocês sabem que as empresas colocam pouco dinheiro aqui. Nenhuma empresa, praticamente, ou quase nenhuma, tem muito interesse em produzir aqui.

Vocês vejam que eu digo isso com bastante sinceridade e duvido que alguém pudesse me contradizer com argumentos. A preocupação maior das empresas é tomar posse da terra que vira depois um esplêndido capital. Porque essa terra vai se valorizando, é lógico, à medida em que vão entrando infra-estruturas, estradas, etc. É lógico que a terra vai se valorizando, né. Por outra parte, essas empresas, além das terras - que conseguiram de um modo bastante fácil, bastante barato - conseguiram os incentivos fiscais. E esses incentivos, vocês sabem muito bem, praticamente não se empregam aqui. São utilizados fora daqui: em São Paulo, Rio, Rio Grande do Sul. - E como não tem tido fiscalização séria....

Zé Cláudio - De ninguém mesmo, nem da SUDAM?

D. PEDRO - Não tem tido nenhuma. Nós temos vivido nessa área e não sabemos de nada. E temos ouvido isso de gerentes, de peões, de empreiteiros, etc. Não sou eu que digo isso. Qualquer pessoa que tenha um mínimo de sensibilidade crítica, em toda essa Amazônia, dirá o mesmo. Até o ponto de que elementos, inclusive da Arena, disseram isso, depois do nosso depoimento na CPI.

Zé Cláudio - O que não foi o caso do Sinval Boaventura...

Paulo César - E nem do Amaral Neto...

D. PEDRO - Não, o Sinval Boaventura esteve sossegado, quase não falou, enquanto eu depunha.

Zé Cláudio - Me disseram que ele questionou bastante o senhor.

D. PEDRO - Não, eu lhe posso dizer que ele não me questionou, praticamente, nada! Inclusive, a turma ficou assim meio assombrada, né, que ele não questionasse nada. Porque ele veio com um monte de referências, não sei o que, e tal. E fez umas duas perguntas, e eu respondi, e ficou por isso.

Zé Cláudio - Lá nessas frentes, num depoimento que nós colhemos de um peão conhecido por Parazinho, soubemos que eles recebem Cr\$ 2.500,00 por alqueire de mata derrubada.

D. PEDRO - Mas esses peões não estão lá em regime de empreitada? Não têm um time de empreitada?

Paulo César - De escravidão...

D. PEDRO - Sim, eu sei. Quase todas as empreitadas aqui têm sido de escravidão, ou de semi-escravidão. Mas o que é hábito nessas áreas é um tipo de empreitada assim: há um empreiteiro geral, há subempreiteiros e há o chefe do time de um grupo de peões que pegam uma empreitada "X", por exemplo, tantos quilômetros de cerca e tal. Lá não estão nesse regime?

Paulo César - Não, senhor.

D. PEDRO - Isso já é um dado curioso e significativo. Lá, então, se contrata diretamente o peão?

Zé Cláudio - Se contrata diretamente, e eles não têm idéia da quantidade de mata a ser derrubada.

(Neste momento passa pela porta da casa do bispo um morador da região que tinha tido febre no dia anterior. O bispo pede licença e vai verificar pessoalmente a melhora física de seu parquiano. A entrevista se interrompe e logo após é retomada pelo grupo).

Paulo César - E as tão comentadas arbitrariedades cometidas contra os peões?

D. PEDRO - Sim, elas têm existido. Por exemplo, esse que é empreiteiro da fazenda dos Abdala Zarzur, lá em Santo Antônio, no Rio das Mortes, e que já foi empreiteiro-geral da CODEARA, cujas violências e arbitrariedades, crimes ou cobertura de crime, todo mundo nessa região conhece! Esse tal de Felipe, por referências bem sérias de pessoas que têm visto de perto, é informante. Ele mesmo tem mostrado a certas pessoas uma carteira. O povo não tem sabido interpretar, mas tem

Um poema que sintetiza o pensamento de Dom Pedro Casaldáliga

EQUÍVOCOS

Donde tú dices ley,
yo digo Dios.
Donde tú dices
paz, justicia, amor,
yo digo Dios!

Donde tú dices Dios,
yo digo libertad,
justicia,
amor!

do livro "Tierra Nuestra, Libertad"

visto que ele é um funcionário especializado. Deve ser um tipo de informante, não sei: Bem, a arma que ele porta já foi denunciada ao próprio Exército e à Polícia Federal. Eu mesmo o denunciei no inquérito pelo qual a gente passou. Ele tem armas de calibre superior que só se pode conseguir, sei lá...

Paulo César - ... Contrabandos?...

D. PEDRO - ... Contrabandos? É. (pausa). Pode ser... E isso se tem dado com frequência nas fazendas aqui. Naquela época brava da fazenda Borbon, onde a gente já passou várias vezes e eles estavam lá, esperando tocaia e tal - até compraram a vida da gente, e tal - lá tinha quantidades de armas! Quantidades!

Zé Cláudio - E a polícia não intervém nesse problema de escravidão? O negócio que nós constatamos lá é horrível. O depoimento que dão dois moços de lá, fugindo, sendo atirados assim na cabeça, não pra atingir mas pra amedrontar... A coação a que são submetidos constantemente... Isso aí, a polícia nunca veio intervir? Ou seria da alçada da Polícia Federal?

D. PEDRO - Sim, correspondiam mas não sei se ainda correspondem. Durante muito tempo correspondeu à Polícia Federal de Goiás. Inclusive, o atual chefe da Polícia Federal no Estado de Goiás, bacharel Francisco de Barros Lima, naquela época, era chefe de inquéritos da Polícia Federal do Estado de Goiás e foi ele quem presidiu o inquérito da equipe da Pastoral e que me inquiriu, inclusive, durante dezesseis horas. Ele mesmo tinha dito, na época mais brava da CODEARA, que tinha sido publicado que o caso CODEARA era o caso mais grave de escravidão branca em toda a história do Brasil. Pois é, a Polícia Federal sabia disso, foi denunciado, né. Tem tido algum tipo de intervenção; na CODEARA houve. Mas sabe o que aconteceu? Há falta de infra-estrutura total nesta região, e não é só uma falta de infra-estrutura em matéria de estrada, ou de saúde... Se vocês vissem as tragédias de saúde aqui nesta área... Nos cento e cinquenta mil quilômetros quadrados da prelazia de S. Félix, não tem praticamente um médico! Tem aquele médico em S. Félix que já tem sido substituído várias vezes. Não tem como atender, não tem condições de atender! Uma vez foi preciso eu dar uma injeção um pouco especial num indivíduo que tem problema de sangue, e não tinha a agulha indicada para dar essa injeção. Veio um doente de Santa Terezinha, do FUNRURAL. Foi necessário fazer chapa do pulmão. Não tinha chapas do pulmão, né. E ainda o camarada tem

que vir de Santa Terezinha para São Félix, para entrar no FUNRURAL. Quer dizer, pra ser atendido no FUNRURAL ele tem que andar duzentos, trezentos, quatrocentos quilômetros, né, pagando condução, né. Se é uma emergência, coitado... Então, há toda essa falta de infra-estrutura. Não é só de estradas, escolas, saúde, comércio. O preço das mercadorias, não sei se vocês têm tido ocasião de ver o preço das mercadorias. Aqui, esses dois, três meses atrás, nessa mesma estrada, daqui a uns oitenta quilômetros, num armazém se vendia o café a cento e vinte cruzeiros. Agora há dois meses. Há também um tipo de falta de infra-estrutura judiciária. O juiz está aonde? Em Barra do Garças.

Zé Cláudio - Nem sempre...

D. PEDRO - Pois é, toda uma área de cento e cinquenta mil quilômetros quadrados, que é a área da prelazia, não tem juiz nenhum. Há duas escritas. Casar aqui é uma aventura! O camarada tem que pagar dois, três mil cruzeiros pra ir lá casar...

Zé Cláudio - A maioria vive amaziana.

D. PEDRO - É lógico, eles vão fazer o quê? Aqui não precisa nem casar, nem divorciar. Tem que seguir o que se pode. E essa falta de infra-estrutura se dá no judiciário e se dá nos aspectos policiais também. Não há nenhuma espécie de policiamento. O que a gente lamenta, né, é muito engraçado...

Quando chega a hora do povo daqui reclamar, de Ribeirão Bonito, aí, meu filho, não falta polícia militar, polícia federal, não falta soldado para reprimir a equipe da prelazia. Não falta ninguém. Aí, vem todo mundo. De toda parte! Só no povoado de São João, um povoadinho de cinquenta, sessenta casas, entraram sessenta soldados de metralhadora e tal, às cinco horas da manhã, acordando o povo na rede. Então, eu digo: eles ficam vendo os fantasmas de subversão, porque é puro fantasma o que enxergam por aí, né. Para o fantasma não falta força pra manter a ordem. E para manter a ordem as leis trabalhistas, esse tipo de segurança e tal, pra isso aí eu não sei. Sempre faltam recursos. Ou será que falta vontade?

Zé Cláudio - Não há garantia para o trabalho, a saúde...

D. PEDRO - Pois é, esse é o problema. Vocês vêem essa estrada aí. Vejam o que eu dizia: o latifúndio não é produtivo aqui por vários motivos. Nem sequer essas colonizações dos gaúchos aí, a CANARANA... A gente se desesperava, esse anos. Porque a ponte essa, a dos Areióes, já faz uns três anos que vem pifando, né. Levanta, quebra. Se vocês houvessem passado pelo Rio Xavantino, vocês teriam visto, a ponte está amarrada. Tivemos que descer do ônibus, porque ela está naquela base. Faz vários anos que nós estamos reclamando, mas a ponte está aí. Se descuidam um pouco...

Gilberto - Pra vocês terem uma idéia, a produção de arroz da região da CANARANA é de dois milhões e oitocentos mil sacos de arroz, esse ano. Eles jogam na estrada uma média de trinta a quarenta caminhões por dia, lotados de arroz, pra passar dentro de balsa, e numa estrada que não dá pra se andar.

D. PEDRO - Eu não saberia dizer o número exato de arroz, talvez seja menos. Mas de todo jeito...

Gilberto - Não, não, eu tou falando isso com conhecimento de causa, eu estou sempre nessa região. Isso foi dito por gente da própria CANARANA, da cooperativa, não por mim, que eu não sei fazer cálculos, mas dito por eles. Eu vou toda a semana pela região.

D. PEDRO - Então, faz uns quatro meses, quando voltávamos de ônibus de Barra do Garças, ficamos dia e meio lá. Eu fiquei até dormindo num barra-

cão de peões, lá na estrada. Dia e meio, cento e cinquenta carros parados lá! Parecia um filme, um filme neo-realista. É de impressionar, né. Vocês vejam bem, tinha inclusive "raparigas" andando por lá. Levantaram um barracãozinho para vender pastéis, pinga, e tal... Tinha, inclusive, um camarada com uma sacolinha dessas de palha, feita pelos índios carajás, vendendo Aralém (remédio para malária). Porque tinha uns caras no acampamento que estavam com malária. Isto aconteceu neste inverno agora, este ano: 1977! Bem, a turma estava lá, desesperada, porque a gente via sementes se perdendo, cimento molhando e se perdendo...

Gilberto - No inverno, chegou a custar doze cruzeiros o litro de gasolina.

D. PEDRO - Desta vez nós pagamos até quinze cruzeiros...

Zé Cláudio - O que acha o senhor da divisão de Mato Grosso?

D. PEDRO - Eu acho que não prejudica, não. Por dois motivos. Em primeiro lugar, porque até agora nós não recebíamos nada, quando muito, nós continuaremos como estamos. E em segundo lugar, eu acho que o fato de dividir obrigará, necessariamente, sabe, a sentir mais essa área, a senti-la presente, e obrigar a criar mais algum município, possivelmente. E espero que o governo federal, para isso, dê alguma verba de entrada... Eu acho válido, sinceramente, sempre achei válido.

Paulo César - É a opinião geral do pessoal da região?

Gilberto - Lógico, se o norte quiser progredir só tem que fazer uma coisa: tornar-se independente.

D. PEDRO - É, porque senão nós ficamos sendo o quarto de despejos, né, um apêndice esquecido aí. Por outra parte, Campo Grande e toda aquela área, é, até certo ponto, uma área mais paulista do que mato-grossense. Pelo menos no ritmo de vida, do trabalho, e tal.

Zé Cláudio - D. Pedro, além dessa série de atos, cometimentos das SAS, CODEARA, e outras, desses abusos contra os peões, desses avanços, apesar das intervenções, o que se vê é a impunidade. Há convivência de autoridades?

D. PEDRO - Oiha, se eu digo para você que há convivência de autoridade, você, ou as próprias autoridades - ou se vocês fossem policiais - poderiam me dizer: demonstre! Tá certo. Agora, eu poderia dizer, se eu não vejo uma intervenção exemplar mesmo, né, eu devo dizer: ou há convivência ativa, ou uma convivência passiva. Veja a CODEARA, tudo o que nós sofremos, tudo o que o povo sofreu, mais de quarenta por cento deste povo largado por essas matas. Eu ajudei a colher arroz, nós levamos comida para esse povo, celebramos missas naquela mata... Eles comeram macaco cru, porque não tinham outra comida. Se tinham fogo, não podiam fazer, não podiam chamar atenção porque a polícia e os jagunços da CODEARA estavam atrás deles, né. O próprio atual chefe da Polícia Federal do Estado de Goiás, dizendo que é o maior caso de escravidão branca da história do país. E a CODEARA, hoje, vocês são testemunhas, né, tá fazendo o que está fazendo. E não há intervenções... Então, a resposta podem dar vocês mesmos. Eu não sei, por um mínimo de senso comum e de justiça, um tipo de empresa que faz uma dessas deveria ser cancelada, não é? Ao meu modo de ver, não sei...

Zé Cláudio - Ao seu modo de ver, não. Ao modo de qualquer um.

D. PEDRO - Senso comum e um mínimo de justiça. Portanto, falta de intervenção. E agora você vê, se pode escandalizar alguém fazer - como eu fiz - esta referência à presença dos quadros federais? Fui usado e abusado, porque eu só digo o que digo, nem mais nem menos. E então, alguém se apavo-

ra com essas coisas que aliás já haviam sido denunciadas de outra parte, faz tempo. Toda essa intervenção, tudo o que nós temos denunciado, tudo que o povo tem sofrido. Acho que vocês aliás viram, os federais viram, o exército viu. E a CODEARA, agora, há três semanas - tá o dia certo - doa violentamente, - usurpou, né - doa quinhentos hectares para um povoado, que já tem duas mil pessoas. Vocês vão entender o comentário que fazia, ainda há poucos dias, uma dona sertaneja, do povoado de Porto Alegre, onde tem também desses conflitos. Porto Alegre é um povoado no Rio Tapirapé, onde passa a tal da estrada de integração pecuária que liga o norte do Mato Grosso com o sul do Pará.

Zé Cláudio - Parece que a cidade de Luciara exerce uma influência lá.

D. PEDRO - É, Luciara é um município, é a sede da Prefeitura de Porto Alegre. Atualmente Porto Alegre está mais desenvolvido do que Luciara, por causa dessa estrada. Bem, dizia essa dona aí, falando do conflito da área urbana: "Estão querendo cortar tudo! Vamos acabar ficando até sem a 'casinha'... Porque aqui o povo não tem privadas, né, só tem o mato!"

Zé Cláudio - E essa entrega, essa "doação" a que o senhor se refere, contou até com solenidades, né?

D. PEDRO - Ah, sim! Contou até com a presença do coronel Clóvis, que é o chefe da INCRA na região toda.

Zé Cláudio - Me referiu o tenente Vítor, de Barra do Garças, que é chefe do Projeto Fundiário do Vale do Araguaia, e, estranhamente, eu não consegui entender, o fato do coronel Clóvis estar diretamente interessado no problema da CODEARA.

D. PEDRO - Ele falou isso??? (mostra-se muito surpreso)... Bem... Eu já tive as minhas discussões com o Coronel Clóvis. (Nesta hora, os ruídos dos caminhões e das buzinas na estrada interferem na conversa e dificultam o entendimento perfeito da gravação). E ele me colocou diversas coisas. Porto Alegre tem tido confusão, dizia, o povo só devia aceitar cinquenta hectares, ou dez alqueirões, quando o módulo oficial para esta região é de cem hectares, ou vinte alqueirões, mais exatamente ainda, vinte e dois... E foi ele que me passou este recado de que o povo se contentasse com cinquenta. Até o ponto de que o próprio pessoal do INCRA, de S. Félix, ficou sem saber se acatava a palavra do Coronel Clóvis, se acatava a lei, ou se o costume que eles mesmos tinham de administrar, regular as coisas, né. Porque, se o próprio Tenente Vítor diz isto, e ele é o chefe, um homem de confiança... Não sei...

Zé Cláudio - Ficou meio ambíguo. Ele disse que o Coronel estava pessoalmente interessado...

D. PEDRO - Isso pode significar muitas coisas sim. Pode significar, no mais honesto e limpo dos sentidos, que ele está interessado naquela área porque ela é considerada Área de Segurança. A prelazia está presente lá e nós somos um "foco de subversivos, comunistas e terroristas," né, e então é preciso controlar isso (risos).

Zé Cláudio - Não estou bem certo se é exatamente isso...

D. PEDRO - Bem, você sabe que em todas essas regiões da Amazônia tem andado com frequência pessoal do INCRA que não é do INCRA. É isso aí. Todo mundo sabe. Que são elementos da Segurança. Isso tem sido freqüente, também aqui.

Zé Cláudio - E esses abusos da CODEARA e companhias limitadas?

D. PEDRO - Aí tem de tudo. Porque, para mim, o fato de que se chegue a esse extremo de doar (pausa), sarcasticamente, sadicamente, né, para um povo, quinhentos hectares e de querer doar agora outros quinhentos para o povoado de Santo Antônio também, é o mesmo negócio, né.



Dom Pedro Casaldáliga de corpo inteiro: magro, de camisa esportiva, calça surrada, sandália de dedo, grossas lentes e barba por fazer. O pessoal de Ribeirão Bonito chama-o apenas de Pedro.

Zé Cláudio - Quem que vai doar agora?

D. PEDRO - Ah, os Abdala, imagine! Sendo que ainda não está clara a demarcação das terras deles. O fato é que aquilo lá já é um povoado mesmo, com escola, igreja, há muitos anos...

Zé Cláudio - O senhor está há quanto tempo na região?

D. PEDRO - Há nove anos.

Zé Cláudio - O senhor conhece profundamente, o senhor é um estudioso do problema. Se o governador do Estado pedisse pro senhor uma contribuição no sentido de solucionar esse problema de excesso de título e pouca terra, o que o senhoralaria?

D. PEDRO - Ele não pediria isso pra mim. Sobre os títulos, eu digo aqui (aponta o relatório da CPI onde vai relendo): "A questão agrária é uma questão política..."

Zé Cláudio - Mas e pra solucionar? E pra acomodar esse povo todo?

D. PEDRO - Pois é, se houvesse um tipo de política que pensasse nos pequenos, em primeiro lugar, segundo lugar, que esquecesse um pouco mais os interesses das grandes companhias e, em terceiro lugar, que limpasse tudo que fosse preciso limpar, em áreas administrativas, começando aonde fosse, lá em cima, né, acabando no último prefeito, no último dono de cartório da região... Já seria uma grande coisa! E depois que se pensasse, inclusive, em termos econômicos. A gente está falando, inclusive, a favor do capitalismo, né. Se se pensasse, então, em termos econômicos, pois são os pequenos lavradores os que realmente produzem. Isso, inclusive, tem sido demonstrado por técnicos e não por mim. Ainda há uns dois anos, ou três, a revista Visão,

se não me lembro mal - Opinião, também, eu acho - publicaram uma reportagem muito interessante sobre o assunto. Realmente são os pequenos agricultores que fornecem recursos. Vocês suprimam das redondezas de São Paulo, ou das redondezas das grandes cidades, suprimam aquelas séries de hortas e de pequenos cultivos e vocês vão ver o que comem lá em São Paulo, no Rio, em Goiânia, e tal. Olha aqui, nas fazendas, na maior parte das fazendas, os peões das fazendas comem o arroz de onde? E o feijão? E a farinha? Dos posseiros, que eles mesmos recusam! Aqui é uma região bem pobre, isso é verdade. Então, se se tivesse outro senso político, realmente de se ajudar o pequeno, né, de inverter... Olha, o padre Francisco Gentel, ele dizia já há uns cinco anos, ou seis, que se se entregasse um por cento dos incentivos fiscais - que se esbanja, né, nessas grandes SAs (sociedades anônimas), que com muita freqüência não são nem brasileiras, - ao pequeno produtor... Estamos dando dinheiro pra quem não precisa, e com quem já temos dívidas bastante. Não precisava gastar mais. Então, se se entregasse um por cento desses grandes incentivos fiscais aos pequenos, se resolveria todos os problemas de todos os posseiros da Amazônia... as infra-estruturas indispensáveis, no atendimento técnico, agrícola, saúde, escola e, inclusive, estradas. Com um por cento do que se tem dado a essas grandes empresas! Veja você, a Volkswagen recebe os milhões que está recebendo, e receberam também a Bordon, a CODEARA, a SUEMESUL (o nome pode não estar grafado certo), que é estrangeira, etc. Ah, sim, essa aí diziam até que era do Papa. A famosa história das fazendas

do Papa! Eu contei essa história também na CPI, tá aí, no relatório.

Paulo César - Do Vaticano?

D. PEDRO - Sim, eu escrevi à Secretaria do Estado perguntando ao Núncio. Olha, eu não sei se a história é essa. Porque eu tenho muito pouco que ver com o Vaticano como "organização econômica". Uma coisa é o Papa, que é um assunto de fé, e outra coisa é o Vaticano. Os senhores distingam bem essas duas coisas. Bem, então eu fui procurar o Núncio a respeito disso, né, e o Núncio acabava de chegar e disse, com um sorriso muito diplomático, que não estava muito bem informado, mas que eu mandasse a documentação... Mandeí. E se passaram dias, meses, e eu não recebi resposta nenhuma. Aí, mandei uma carta diretamente ao Cardeal Villon que é o Secretário de Estado, em termos de demandas administrativas, primeiro ministro do Vaticano. Depois de três meses eu recebi resposta através da Nunciatura, dizendo que o Vaticano, que a Santa Sé não tinha nem uma ação na Liquigás, e, conseqüentemente, não teria nada na SUEMESUL. Porque, vocês sabem, a SUEMESUL é do setor LIQUIFARM, e a Liquifarm é do setor pecuário da LIQUIGÁS. Agora, nós tínhamos sabido, por várias referências - na Europa era voz comum - que o Vaticano era dono da Liquigás e aqui, o Dr. Mário Gorman, que é um dos donos da Liquigás... (Neste ponto a entrevista se interrompe para que o bispo possa atender uma pessoa doente que chega em busca da enfermeira).

D. PEDRO - Boa tarde! Interrompam, por favor. A enfermeira não está aqui agora, o senhor faça o favor de voltar mais tarde. (O enfermo se retira e senta-se na varanda da casa, aguardando a chegada da enfermeira).

D. PEDRO (continuando) - ...Esse Dr. Mário Gorman, que é um dos donos - acho que na época era diretor superintendente - tinha dito que o Vaticano tinha 8,5 por cento das ações. Mas isso é um tipo de coisa que a gente não sabe com certeza, o Núncio desmentiu, oficialmente, através daquele boletim CIM, que a CNBB publica toda semana. Então...

Zé Cláudio - Mas, e se fosse do Vaticano? O senhor seria contra?

D. PEDRO - Seria contra, naturalmente! Mais contra ainda, é lógico. Pois, se eu sou contra os outros, que são mais ou menos distantes, eu vou ser mais contra os de casa, né. Isso é lógico, evidente.

Zé Cláudio - Quer dizer que a SUEMESUL não tem nada a ver com o Vaticano?

D. PEDRO - Não sei. Eu conto o que sei. Eu li a carta lá na CPI. Eu não conheço os segredos do Vaticano, né. (Uma das irmãs se aproxima oferecendo água aos presentes).

Paulo César - Mudando de assunto e o divórcio?

D. PEDRO - O divórcio está me assombrando muito. Por vários motivos. Em primeiro lugar, realmente, eu, como pessoa humana, não acredito no divórcio, em princípio. Em princípio, psicologicamente, sociologicamente, acho que o amor deve ser um e para sempre, se queremos contar com a família e não apenas com fazer amor e "quando me canso com essa, procuro outra"... ou "quando me canso com esse, procuro outro". Então, se se pensa no amor "família", é lógico que, psicologicamente e sociologicamente, isso seja para sempre. Como cristão, mais ainda, né. A tradição da Igreja, palavras bastante explícitas na Bíblia, nem tão explícitas, como alguns diriam talvez, mas - para mim - suficientemente explícitas, me convencem disso. Mais ainda pelo fato de ser o matrimônio, para o cristão, um sacramento. Então, é um símbolo, um sinal dessa unidade perene do próprio Cristo com

a sua Igreja. Então, pra mim, teoricamente não tem dúvida nenhuma! Agora, em termos mais de prática e de momento, acho o divórcio difícil no Brasil, francamente. Porque é uma coisa só para um grupo minoritário, né. Aquele grupo que pode pagar uns trinta mil ou cem mil cruzeiros, que é o que dizem que vai custar o divórcio. Para o povo da minha região, divórcio é grego, é turco, japonês ou sânscrito, né. É um idioma que não dá pra entender.

Zé Cláudio - Se nem casar, casam...

D. PEDRO - Sim, casamos poucos, porque muitos vocês sabem em que pé estão, né. Em segundo lugar, porque acho que não era uma hora de se discutir tanto o divórcio e distrair o povo com isso. Teria sido bem melhor discutir, por exemplo, o salário mínimo, né. Se se tivesse discutido o salário mínimo, eu teria achado muito bom. Se se tivesse discutido o problema de terras, eu teria achado muito bom. Inclusive a dívida externa, se podia discutir? Eu teria achado muito bom, também. Se podia discutir todos esses problemas prioritários que afetam a família... Vocês lembram que a comissão representativa, no ano atrasado, publicou um documento muito válido, quando havia aquela famosa avançada do tema divórcio e o título era "Em Favor da Família". Então, eu acho que a Igreja, se mantém numa posição lúcida: mais do que a favor do encontro do divórcio, está a favor da família. O documento é em favor da família, quer dizer de uma família que tenha condições de ser família... Em primeiro lugar, que os indivíduos já, psicologicamente, tenham uma estrutura suficiente para se amar, para casar e para enfrentar o que a vida der. Porque, também, ninguém vai pensar que o divórcio vai resolver problemas esquizofrênicos, ou sei lá o quê, ou outro tipo de problema, problemas econômicos, etc. O divórcio não vai resolver isso. É piada imaginar isso. Se a família fosse realmente atendida, eu não digo que se resolvessem todos os problemas, porque nesse mundo ninguém vai resolver todos os problemas. Eu sou utópico, mas nem tanto... Agora, eu gostaria, também, que se entendesse quem é sensível, e sobretudo a Igreja, compreende perfeitamente que há casos de tragédia - culpa dele, culpa dela, às vezes culpa dos pais - precipitação na hora do casamento, que a gente não saberia muito bem como resolver. Mas me parece que para isso propriamente não precisaria nem de lei, né. O povo daqui da região resolve os problemas... Certamente, que havendo lei, há algum tipo de vantagem mínima, nos aspectos econômicos que quero ver, inclusive, como é que se resolvem, né. Quero ver na hora da verdade como é que se resolvem. Vocês sabem da história dos Estados Unidos, e dos lugares onde o divórcio já vige. Eu digo isso porque muitas vezes tem se querido atacar uma posição da Igreja, ou uma posição antidivorcista, dizendo que a gente não é sensível a esse problema. Eu sei perfeitamente. Eu tenho amizades, relacionamento com amasiados daqui, com pessoal divorciado em outras áreas e tal. Compreendendo o problema concreto de um e de outro. Mas, nem por isso a gente deve partir, me parece, pra uma lei assim. Então, distinguo muito bem entre aquele que tem fé e aquele que não a tem. Para aquele que tem fé a coisa está clara, sem dúvida nenhuma. É a posição e doutrina da fé, é a atitude de fé, não tem dúvida nenhuma. Para quem não tem, é um problema apenas civil. Eu compreendo que se revoltam um pouco com certas intervenções das leis. Você vê que eu, pessoalmente, não estou intervindo, e muitos bispos não têm intervindo. Não estou intervindo nessa questão. Não porque não acredite na validade da in-

dissolubilidade. Acreditamos, né. Só que... agora você dirá, você não intervém no problema do divórcio, mas intervém no problema da terra. É bem diferente, né... (Acaba a fita. Enquanto o repórter providencia a troca, chega um dos moços que participa do mutirão de domingo para a construção da Igreja de Ribeirão Bonito, a cem metros da delegacia onde morreu o padre João Bosco, há alguns meses atrás. O grupo é convidado para visitar as obras).

Zé Cláudio - O senhor recebeu algum conselho do Núncio ou do Vaticano a respeito da atuação do senhor aqui?

D. PEDRO - Não, nunca recebi.

Zé Cláudio - Nem apoio?

D. PEDRO - Apoio sim. De apoio, recebi do Papa, explicitamente. O Papa disse a D. Paulo Evaristo que tocar em mim seria o mesmo que tocar nele. Isso o Papa disse explicitamente ao cardeal D. Paulo Evaristo, isso sim.

Zé Cláudio - Como é visto esse seu trabalho de integração do homem da terra?

D. PEDRO - Bom, nesse aspecto o Vaticano... O senhor sabe o que acontece? Quando a gente fala do Vaticano, fala também daquele aspecto que eu disse, econômico, burocrático, diplomático. Então, o Núncio é um diplomata, né. E todo diplomata tá naquela mesma. É bem possível que o Núncio e outros também da Igreja gostassem de uma atuação menos incisiva, sei lá, menos comprometida... Cada um tem a sua consciência! A mim, me parece que, em termos de consciência e em termos de fé, o único caminho é esse. Eu continuo por aqui. Eu respeito perfeitamente. Você vê, essas histórias que divulgam por aí: "eu não tenho nada contra ele, eu respeito muito a posição dele, se ele é consequente, tem uma visão e tal".

Porém, o que eu peço é que haja, também, um respeito a outras atitudes e outras opiniões minhas. Sejamos suficientemente livres para respeitar a liberdade dos outros.

Zé Cláudio - E o incidente do padre Rodolfo, que já vai fazer um ano?

D. PEDRO - Ah, o Rodolfo... Aqui está o Rodolfo e o João Bosco (diz o bispo apontando uma fotografia dos dois padres mortos em conflitos da região). O Rodolfo é o mais alto e o João Bosco é o mais baixinho. Por coincidência, essa fotografia foi tirada numa assembleia do CIMI, numa reunião, um curso do CIMI em que os dois participaram. É interessante porque o padre João Bosco - quando estávamos em Goiânia, reunidos num curso dado pelo CIMI - disse: "Vamos ver agora quem vai ser o próximo"... (referindo-se à morte do padre Rodolfo ocorrida anteriormente). Isso foi em julho. Em outubro ele estava sendo morto aqui, em Ribeirão Bonito. Ele foi o próximo... João Bosco estava sentado aqui, (apontando o banco onde Paulo César estava sentado). Vocês podem fotografar o local onde ele foi morto, se deixarem vocês passar por lá... Espero que não haja intervenções... (visivelmente nervoso). Mas vocês podem fotografar à distância, se se interessam... Mas o padre Rodolfo, ele era de uma Prelazia vizinha, Prelazia de Guiratinga, e trabalhava com os índios bororós, em Meruri. Nós tínhamos muita amizade, muito relacionamento. Ele era conselheiro dos índios. E eu estive lá dois dias depois da morte dele. Agora, realmente, acho que a oportunidade de poder falar dele, hoje, não deve ser desaproveitada. Me parece que é um sinal, um testemunho, quer dizer, um mártir, no sentido cristão da palavra: sinal, testemunho, mártir é a mesma coisa, praticamente. E dessa Igreja, né, que se compromete com a causa do índio, integralmente considerado. Primeiro lugar, o índio como pessoa. O índio como povo, não como elemento

solto, mas como povo. E o índio como cultura diferente, e, eu diria, melhor do que a nossa! Pelo menos melhor em termos de harmonia com a natureza, de equilíbrio ecológico, de certa liberdade de espírito, menos atrás do lucro, menos atrás do consumo. Então, para mim, ele é um testemunho mesmo, de uma Igreja que se compromete com o índio assim integralmente considerado. E que faz um esforço de respeito, de encarnação nesse povo, nessa cultura, e dá valor à terra do índio, como dá valor à pessoa do índio. Os índios têm dito várias vezes: o índio é a terra! Vocês lembram daquele chefe indígena americano escrevendo ao presidente dos Estados Unidos: pra vocês, os brancos, a terra é inimiga, porque vocês a vendem; para nós, dizia ele, a terra é amiga, é irmã! Isso porque a terra é o índio e o índio é a terra. Há uma harmonia no habitat do índio. E não se podia deixar de defender a terra... Olha até o ponto de que na última - que aliás foi a primeira - na primeira Assembleia Indigenista Para-Amazônica que tivemos no mês passado, em Manaus, com os seis países amazônicos, colocou-se como primeira prioridade o seguinte: fazer o possível para defender e preservar a terra dos grupos indígenas. Primeira prioridade! Porque o índio perdeu a terra, perdeu a cultura, perdeu a vida. Daí o grande mal de estradas, dessas frentes pioneiras que não têm o verdadeiro respeito.

Zé Cláudio - Eu disse, logo que cheguei, pro senhor que passei em Barra do Garças e vi o processo do Padre Rodolfo, no cartório. Lá, existe um documento provando que um outro padre, o padre Bruno, passou a escritura das terras pra um tal de Borges, vinte e tantos anos antes. E depois houve, então, uma demarcação da terra, uma nova medição da terra, que invadia a terra do Borges.

D. PEDRO - Sabe, houve um tipo de interferência aí que eu acho que nem dá pra saber dos culpados, porque datam de uma época em que não se tinha essa consciência clara, né. Então, a missão presente lá, naquela região, a Missão Salesiana, ela tinha a área, e dentro da área tinha os índios. E a missão se devotava a eles, se sacrificava por eles, e zelava e educava e tal. Eu não vou discutir agora o trabalho da missão, sua validade. Mas, então, era a missão que tinha a terra e os índios dentro. Mas acontece que quando chegou a hora de fazer a demarcação como devia ser feita, é lógico que a terra é para os índios. A missão está lá zelando e atendendo, ela não é a dona da terra. Daí porém surgiu o conflito. Logicamente a FUNAI devia - porque é missão essencial dela, ela é o órgão pra defesa da causa, dos problemas dos índios, - defender essas terras. Elas estavam dentro da reserva, dentro da demarcação. O problema é que, logicamente, também, eu acho que o Governo - não digo nem só a FUNAI - o Governo, quando há uma interferência de dois direitos, né, respeitando sempre o direito primeiro e superior, deveria indenizar, de uma maneira ou outra, o outro direito. Lá houve, possivelmente, uma falha nesse particular. Não houve intento bastante sério, imediato, de indenização. Alguns não quiseram aceitar de jeito nenhum essa indenização. E, sobretudo, uma consciência, infelizmente, muito firme por aí, e mais nessas áreas próximas de Barra do Garças, de que se pode impor, se pode pisar, se pode sobrepor, que a gente manera. As autoridades de lá, de Barra do Garças, vocês sabem que estavam a favor disso, né. O dono do cartório, o senhor Valdo Varjão, vocês já sabem a história dele, devem ter ouvido falar muito. Isso que atrapalhou a história. O padre Rodolfo estava simplesmente defendendo o direito de terra do índio. E não era ele quem devia resolver a indenização ou a não indenização des-

ses outros senhores. E o padre Rodolfo, por outra parte, defendeu a terra dos índios do modo mais gentil e educado inclusive. Inclusive, depois que o mataram, né, alguém da missão acalmou os homens, alguém lhes sorriu, alguém lhes disse de novo para se irem: os senhores me deem a lista com os seus nomes, eu, de novo, pela enésima vez, vou reclamar, vou apresentar à FUNAI suas reclamações, e tal. Foi isso. Ele realmente morreu pelo índio. Morreu pela terra do índio. Se houve algum outro tipo de irregularidade eu não estou sabendo.

Zé Cláudio - Eu tenho esses documentos xerocopiados.

D. PEDRO - Se você quiser saber mais, você poderia pedir ao CIMI, em Brasília, o número do boletim, todo ele dedicado ao padre Rodolfo. Inclusive com os testemunhos da gente...

(Neste momento entra um homem da região e, muito desconfiado, olha para todos, estranhando a presença dos repórteres, que o cumprimentam mas ele não responde).

D. PEDRO - Não é polícia, não... fica sossegado. Pelo menos dizem que não são...

(O homem que havia chegado vinha junto com seus companheiros buscar o bispo para acompanhá-los no mutirão da Igreja).

D. PEDRO - (continuando com os repórteres) Esse boletim do CIMI, deve ter saído em agosto ou setembro, se intitula "Meruri: alianças no sangue". Lá tem uns depoimentos muito bons que seria importante você pedir. Se você pedir, em Brasília, eles lhe mandam. Porque isso ajudará a você a colocar bem, o problema.

Zé Cláudio - ... Porque obviamente eles vão dizer que eram os donos da terra que estavam se defendendo... E eu não quero é que o senhor depois lendo o que eu escrevi fale que não é nada disso...

D. PEDRO - Em primeiro lugar, o dono mesmo da terra é o índio. Quem duvidar disso, duvida da razão e da História.

Zé Cláudio - Aí, vieram os homens e fizeram as leis...

D. PEDRO - Mesmo pensando nas leis, o índio é o dono da terra, dono da reserva. Se houve um tipo de leis particulares, como foram as doações por parte desse tal de padre Bruno, é evidente que essa lei é menor, é inferior, posterior ao direito indígena que devia ser respeitado. Agora, se essa lei que é menor, inferior e posterior criou um certo direito menor, inferior e posterior. Esse direito, porém, podia ser respeitado em termos de indenizações mesmo. Você não deve esquecer que, legalmente, quem está em área de terras indígenas, não deve ser indenizado. Não se deve esquecer isso. Então, legalmente, ninguém podia reclamar nada. Que terra de índio é terra de índio. Além disso, essa história já não era de quatro dias...

Zé Cláudio - Esse padre, o Bruno, então ele teria errado...

D. PEDRO - Foi um erro, materialmente falando. Mas naquela época... (Entra uma irmã, uma voluntária, trazendo um recado para o bispo que avisa já estar se preparando para sair).

D. PEDRO - (para a irmã) Não, não vou demorar.

(O piloto avisa que precisam voar logo, antes que o sol se ponha no horizonte de Ribeirão Bonito. Já são quase cinco horas da tarde e o local mais próximo de pouso é uma fazenda da região que dista mais ou menos uma hora de voo. D. Pedro, delicadamente, pede as credenciais dos repórteres: anota, cuidadosamente o nome e o número de registro de cada um)

Paulo César - O senhor não confia na gente?

D. PEDRO - Que é que vocês acham? Eu só pedi as credenciais de vocês no fim da entrevista.